



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

**AÇÕES DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA UNIVASF: avaliação
outputs da assistência estudantil com base nos dados de 2024**

Gabriela Maria Cardoso da Cunha
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
gabriela.cardoso@univasf.edu.br

Ruud Gullit Rijaard Van Basten Sousa Henrique
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
ruud.gullit@discente.univasf.edu.br

Marcelo Henrique Pereira dos Santos
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
marcelo.henrique@univasf.edu.br

Alan Francisco Carvalho Pereira
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
alan.francisco@univasf.edu.br

RESUMO

O presente estudo busca discutir as políticas de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) a partir da análise de dados de 2024, adotando como base as informações abertas disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae). A abordagem metodológica central utilizada é de avaliação de políticas públicas orientada a *outputs*, conforme os pressupostos de Vedung (1997; 2021) e a perspectiva gerencial da avaliação proposta por Pedone (2021). O estudo também, em seu escopo, pretende examinar o volume de auxílios concedidos, sua distribuição por modalidade, *campus* e curso, identificando padrões assistenciais e potenciais desafios à sua efetividade no contexto da permanência universitária. Além disso, apresenta um breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil, contextualizando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e as políticas institucionais vigentes. Os achados indicam, pois, que a Assistência Estudantil praticada na Univasf cumpre função relevante à permanência discente, em especial observando modalidades como o Auxílio Permanência e a Bolsa Permanência. Conclui-se, dessa maneira, que a institucionalização dos dados abertos fortalece a transparência e possibilita monitoramento contínuo da política.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Universidade; Permanência universitária; Avaliação *outputs*.

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil consolidou-se, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como uma política pública estratégica para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão da educação superior. A ampliação do ingresso de estudantes provenientes de grupos historicamente excluídos, especialmente aqueles de baixa renda e de egressos da escola pública, deslocou o foco das políticas educacionais do mero acesso para o enfrentamento do desafio da permanência acadêmica, evidenciando, assim, a centralidade da assistência estudantil como um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais (Santos; Freire, 2022).

O papel da educação no desenvolvimento socioeconômico regional é reconhecido no arcabouço normativo brasileiro. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 11.962/2024, reconhece a educação e a qualificação profissional como eixos estratégicos para o desenvolvimento territorial. De forma convergente, a criação da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo Petrolina–Juazeiro, por meio da Lei Complementar nº 113/2001 e do Decreto nº 4.366/2002, estabeleceu a educação e a cultura como interesses prioritários para a promoção do desenvolvimento regional.

Nesse contexto institucional e territorial, foi criada, em 2002, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), primeira universidade federal implantada no interior do Nordeste, com sede em Petrolina–PE. A atuação da Univasf estende-se, atualmente, por sete *campi* distribuídos em três estados da federação (Pernambuco, Bahia e Piauí), consolidando-se como um importante vetor de interiorização da educação superior pública.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Ipea (2018) indicam uma expressiva evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região entre 2000 e 2010, especialmente na dimensão educação, que teve um aumento de 0,349 para 0,571, tendo sido a dimensão avaliada que mais evoluiu. Não há nenhuma indicação no estudo do Ipea que demonstre o impacto direto causado pela criação da Univasf no IDHM da Educação. Todavia, a existência de um polo de educação federal de nível superior na região impacta diretamente no desenvolvimento regional ao fomentar a mão de obra qualificada, além da divulgação do conhecimento científico e tecnológico, além de fomentar práticas sociais e culturais com suas atividades de extensão (Rocha; Costa, 2023).

A expansão do acesso à educação superior, intensificada nas décadas de 2000 e 2010, resultou em aumento significativo do número de estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica nas IFES. Diante disso, o país instituiu, em 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com o Decreto nº 7.234/2010, reconhecendo formalmente a responsabilidade do poder público em enfrentar desigualdades estruturais e reduzir a evasão e a retenção acadêmica. Em 2024, a sanção da Lei nº 14.914 transformou o Pnaes em política de Estado, conferindo-lhe maior segurança jurídica, estabilidade institucional e previsibilidade orçamentária (Menda et al., 2024).

Apesar de sua relevância, a política de assistência estudantil tem enfrentado entraves expressivos. O Tribunal de Contas da União (TCU, 2024) incluiu o Pnaes na Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal, apontando fragilidades ligadas ao subfinanciamento, à equidade na alocação dos recursos e insuficiência de mecanismos sistemáticos de avaliação e transparência. Segundo o referido órgão, a limitada capacidade avaliativa e os desafios de implementação local comprometem a efetividade da política e sua aderência aos objetivos de permanência estudantil (Menda et al., 2024).

Dessa maneira, a difusão das práticas de transparência ativa, ainda mais por meio da disponibilização de dados abertos, assume papel central para o fortalecimento da governança e avaliação das políticas públicas. A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) da Univasf executa programas de auxílios financeiros e serviços para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e disponibiliza os dados públicos que possibilitam análises sistemáticas da execução dessas ações.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar o desempenho da Assistência Estudantil da Univasf no exercício de 2024, a partir dos dados abertos disponibilizados pela Proae. A análise adota o modelo de avaliação orientada a *outputs* (Vedung, 1997; 2021), concentrando-se nos produtos imediatos da política pública, tais como o volume de auxílios concedidos, sua distribuição por modalidade, *campus* e curso, bem como o perfil dos estudantes beneficiários dos programas de bolsa permanência, auxílio permanência, auxílio manutenção/residência estudantil, auxílio creche e auxílio alimentação.

Ao adotar esse percurso metodológico, busca-se produzir evidências empíricas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão, da transparência e da efetividade da política de assistência estudantil no âmbito institucional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A CENTRALIDADE DOS *OUTPUTS*



A avaliação de políticas públicas ocupa um papel basilar na administração pública contemporânea, ao permitir a produção de juízos fundamentados sobre o mérito, o valor e a efetividade das intervenções estatais. Trata-se de uma atividade simultaneamente técnica e política, cuja função vai além da mensuração de resultados, abrangendo a interpretação das entregas governamentais à luz de objetivos, expectativas sociais e também condicionantes institucionais. Segundo Vedung (2021), avaliar implica realizar uma apreciação sistemática *ex post* dos conteúdos, da gestão, dos *outputs* e dos *outcomes* das políticas públicas, combinando critérios técnicos, a exemplo da eficiência, eficácia e efetividade, com dimensões normativas e analíticas.

No modelo sistêmico de Vedung (2021), os *outputs* ocupam posição intermediária entre os processos de implementação e os impactos gerados pela política. Correspondem aos produtos diretos e observáveis das ações governamentais, como serviços prestados, benefícios concedidos ou atividades executadas. Diferenciam-se, assim, dos *inputs*, recursos financeiros, humanos e materiais mobilizados, e dos *outcomes*, entendidos como as mudanças produzidas na condição dos beneficiários, como melhoria do desempenho acadêmico, redução da evasão ou ampliação das oportunidades sociais.

A avaliação orientada a *outputs* enfatiza aquilo que foi de fato entregue pela política pública, privilegiando os indicadores objetivos, mensuráveis e passíveis de monitoramento contínuo. Essa abordagem mostra-se particularmente adequada para políticas estruturantes e de longa duração, como a Assistência Estudantil, cujos impactos finais são influenciados por múltiplas variáveis externas e tendem a se manifestar de forma difusa e não imediata. Nesse sentido, o foco principal nos *outputs* permite avaliar a capacidade institucional de execução, a regularidade das entregas e a coerência entre demandas sociais e recursos alocados, mesmo na ausência de metas formalmente explicitadas (Vedung, 2021; Mattos; Fernandes, 2022).

Além disso, a avaliação orientada a *outputs* configura-se como uma avaliação *ex post* e substantiva, uma vez que se apoia em dados consolidados após a execução da política e se concentra na efetividade das entregas realizadas. Para Costa e Castanhar (2003), falhas nos resultados de uma política raramente decorrem de um único fator isolado, mas de uma sequência de microdecisões que afetam diretamente a produção dos *outputs* e, por consequência, a geração de *outcomes*. Logo, compreender o desempenho de uma política exige reconstruir a cadeia causal que conecta recursos, processos organizacionais e produtos

entregues (Mattos; Fernandes, 2022).

A perspectiva é reforçada pela literatura de implementação de políticas públicas. Silva e Melo (2000), em seus estudos, argumentam que a implementação é marcada por adaptações, reinterpretações normativas e condicionantes organizacionais (ex.: capacidade administrativa, autonomia das instâncias executoras e arranjos de coordenação) que influenciam os padrões de execução. Em sentido convergente, Vedung (2021) ressalta que *outputs* e *outcomes* podem ser afetados por fatores de implementação e pelos contextos que cercam a intervenção, o que exige que a análise do desempenho da política considere o ambiente institucional em que sua execução ocorre.

No campo da eficiência, a literatura especializada ressalta que a relação entre insumos e produtos só se torna analiticamente preponderante quando os *outputs* são adequadamente mensurados e atribuíveis aos inputs mobilizados. Em políticas orientadas para a Assistência Estudantil, isso implica não somente quantificar bolsas, auxílios ou serviços concedidos, mas considerar também a sua regularidade, adequação temporal e alinhamento às necessidades do público atendido, dentre outros indicadores associados (Costa; Castanhar, 2003).

As avaliações mais robustas e consistentes nesse sentido podem incorporar, em etapas posteriores, análises longitudinais, bem como os métodos contra-factuais ou as abordagens qualitativas. Contudo, a mensuração sistemática de *outputs* constitui primeiro e indispensável nível de diagnóstico avaliativo.

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA E LÓGICA DA PERMANÊNCIA

O histórico sócio-evolutivo da Assistência Estudantil no Brasil evidencia os desafios de sua institucionalização. Estudos desenvolvidos por Sguissardi (2009), Almeida e Ernica (2014) e a pesquisa denominada “A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira” demonstram que, até a década de 90, as ações direcionadas para a permanência estudantil eram fragmentadas, instáveis e marcadas por forte heterogeneidade entre as IFES.

A partir dos anos 2000, com a expansão e interiorização das universidades federais, emergiu uma demanda social crescente por políticas capazes de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão dos cursos superiores.

O processo culminou na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio do Decreto nº 7.234/2010, que estabeleceu, dentre outras

questões, as diretrizes nacionais para ações como moradia, alimentação, transporte, creche, saúde, inclusão digital e acessibilidade. Ainda que submetida a diversos tensionamentos orçamentários experienciados ao longo dos anos, a Assistência Estudantil manteve-se como componente primordial do funcionamento das IFES (Almeida; Ernica, 2014, p. 43).

No ano de 2024, a sanção da Lei nº 14.914 reforçou seu caráter de política de Estado, ampliando a sua estabilidade institucional e fortalecendo os mecanismos de planejamento, de monitoramento e accountability (Mattos; Fernandes, 2022).

A literatura especializada aponta, ainda, que a Assistência Estudantil no Brasil oscilou, dentro de uma perspectiva histórica, entre duas lógicas estruturantes principais. De um lado, um viés compensatório, pontuado por ações focalizadas e de caráter assistencial, voltadas à mitigação pontual das desigualdades socioeconômicas, predominante até os anos 1990 (Sguissardi, 2009; Almeida; Ernica, 2014). De outro, uma lógica de permanência, fortalecida a partir dos anos 2000 e consolidada com a institucionalização do Pnaes, que compreende a assistência estudantil como política educacional estratégica, orientada à redução da evasão, ao apoio às trajetórias acadêmicas e também à promoção de condições equitativas de formação (Vasconcelos, 2010; Kowalski, 2012; Imperatori, 2017; Fonaprace, 2019).

No âmbito da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), instituída em 2002, em uma região demarcada por fortes vulnerabilidades sociais e baixa oferta histórica de educação superior, a Assistência Estudantil assumiu um papel estratégico como instrumento de inclusão, equidade e, sobretudo, de interiorização do ensino superior.

2.3 JUSTIFICATIVA DO ENFOQUE ANALÍTICO NOS *OUTPUTS*

Na análise de políticas públicas, a Assistência Estudantil pode ser examinada a partir da distinção entre *inputs*, *outputs* e *outcomes*. Os *inputs* abrangem, em termos conceituais e contextuais, os recursos orçamentários, a infraestrutura e a equipe técnica mobilizada; os *outcomes* são impactos de médio e longo prazo, como desempenho acadêmico, permanência e conclusão dos cursos; e os *outputs*, por sua vez, correspondem às entregas efetivas da política, a exemplo das bolsas e auxílios concedidos, serviços ofertados e cobertura do atendimento (Pedone, 2021; Verdung, 2021).

No contexto do presente estudo, a opção analítica pelo enfoque nos *outputs* justifica-se por três motivações principais. Primeiro, os *outputs* constituem a dimensão mais amplamente difundida e padronizada nos dados abertos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) da

Univasf, possibilitando análises mais sólidas, que melhor refletem a realidade institucional e replicáveis. Em segundo, a mensuração dos *outputs* reflete em avaliar a capacidade da universidade de entrega e de resposta às necessidades estudantis, oferecendo uma radiografia objetiva da execução da política. E, por último, em terceiro, a abordagem atende diretamente às exigências de transparência pública, monitoramento e prestação de contas reforçadas pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no acompanhamento do Pnaes.

Logo, o enquadramento teórico adotado permite compreender a Assistência Estudantil simultaneamente como política pública essencial à democratização do ensino superior e como objeto de avaliação criteriosa a partir de seus produtos imediatos. Ao articular a literatura de avaliação de políticas públicas com histórico institucional da Assistência Estudantil, o estudo estabelece as bases analíticas para a interpretação dos dados abertos da Proae referentes ao ano de 2024, permitindo a construção de avaliação voltada para os *outputs* e, ao mesmo tempo, articulada às exigências normativas e também ao debate acadêmico contemporâneo sobre permanência estudantil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota abordagem de avaliação de políticas públicas orientada a *outputs*, com base nas proposições apresentadas por Vedung (1997; 2021) e Pedone (2021), em seus estudos sobre esta ótica de análise, concentrando-se nos produtos imediatos da Assistência Estudantil como evidências da capacidade institucional de entrega da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) a partir de dados públicos do ano de referência de 2024.

Para Vedung (2021), avaliar os *outputs*, no âmbito das políticas públicas orientadas a qualquer esfera de atuação, é crucial ao monitoramento de sua implementação, possibilitando correções no planejamento, na eficiente alocação de recursos e nos processos administrativos, assegurando sua efetividade. Entretanto, para tal, é necessário considerar *outcomes* e impacts, observando se os objetivos finais foram atingidos e se a problemática social foi resolvida por meio da aplicação da política em determinada realidade, aqui compreendida a institucional.

Trata-se, além da perspectiva do *outputs*, de avaliação de cunho *ex post*, fundamentada em dados administrativos consolidados, consistentes e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) em sua plataforma de transparência ativa institucional.

A pesquisa possui caráter quantitativo-descritivo, com análise de dados relativos aos pagamentos de bolsas e auxílios, e dimensão analítico-interpretativa, ao relacionar os padrões



de execução com o contexto institucional e o marco normativo da política. Foram construídos indicadores de *outputs*, incluindo o volume financeiro executado, bem como a variação mensal dos pagamentos, a distribuição por modalidade, o *campus* e o curso, além da regularidade e da intensidade operacional da execução.

A análise em si emprega a estatística de abordagem descritiva (frequências, somatórios e variações percentuais), discriminada em tabelas e gráficos elaborados a partir dos dados institucionais. De forma complementar, realizou-se triangulação interpretativa com a literatura especializada e as normativas vigentes, especialmente o Novo Pnaes (formalmente designado por meio da Lei nº 14.914/2024) e as recomendações de órgãos fiscalizadores, principalmente o Tribunal de Contas da União (TCU).

A unidade de análise corresponde aos auxílios e às bolsas concedidos pela Proae em 2024, considerando o ciclo completo do edital anual (12 parcelas). Como limitação, o estudo não avalia impactos acadêmicos (*outcomes*), como desempenho ou evasão, por demandarem bases de dados e métodos específicos. O uso exclusivo de dados públicos assegura a análise em conformidade legal com a LGPD e os princípios de transparência e ética institucional. Os dados são apresentados e discutidos no tópico a seguir, de “Resultados e Discussão”.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PROCESSO SELETIVO, DEFINIÇÃO DAS VAGAS E DINÂMICA DE OCUPAÇÃO

A seleção de estudantes beneficiários da Assistência Estudantil da Univasf é realizada por meio de edital unificado, que constitui cadastro de discentes regularmente matriculados em cursos presenciais, classificados conforme os critérios de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2024, o processo seletivo foi regido pelo Edital nº 01/2023 – Proae, publicado em julho de 2023 e com resultado final divulgado em fevereiro de 2024.

Não obstante o edital tenha sido lançado em 2023, a definição do quantitativo de vagas por modalidade ocorreu após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), evidenciando a dependência da política quanto à disponibilidade orçamentária. Para 2024, foram autorizadas vagas diretas em modalidades, quais sejam: Auxílio Alimentação (27), Auxílio Creche (33), Residência Estudantil-Auxílio Manutenção/Residência Estudantil/Residência Estudantil (48), Auxílio Permanência (224) e Bolsa Permanência Univasf (310).

Relevante ressaltar que o número de vagas previstas no edital não corresponde ao total de CPFs distintos que aparecem como beneficiários ao longo do exercício. Situações como

conclusão de curso, evasão, trancamento ou o desligamento institucional geram vacância das vagas, que são recompostas por meio da convocação de suplentes, respeitada, pois, a ordem de classificação. Dessa forma, o incremento do número de beneficiários ao longo do ano não indica expansão da política, mas sim recomposição e plena ocupação das vagas autorizadas, o que, sob enfoque estratégico da avaliação orientada a *outputs*, evidencia a eficiência na gestão das oportunidades ofertadas.

4.2 MODALIDADES DE BENEFÍCIOS E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A análise dos *outputs* da Assistência Estudantil em 2024 contempla as modalidades executadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae), considerando os seus valores mensais e a distribuição territorial. O auxílio permanência, no valor de R\$ 250,00 mensais, foi ofertado nos *campi* de Petrolina, Juazeiro e Ciências Agrárias.

O auxílio alimentação¹ atendeu os *campi* de Paulo Afonso, de São Raimundo Nonato, Senhor do Bonfim e Salgueiro. O auxílio creche² teve abrangência em todos os *campi*, sendo destinado a estudantes com filhos ou dependentes de até 5 anos e 11 meses.

Por sua vez, a bolsa permanência Univasf, de R\$ 500,00 mensais, foi executada nos *campi* de Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, São Raimundo Nonato e Salgueiro. A residência estudantil compreendeu a oferta de moradia associada ao auxílio manutenção no valor de R\$ 350,00 mensais, atendendo os *campi* de Ciências Agrárias, Paulo Afonso e de São Raimundo Nonato. Essa configuração evidencia, assim, a adaptação da política às condições estruturais e às especificidades territoriais da universidade.

4.3 REGULARIDADE DOS PAGAMENTOS E SAZONALIDADE

A análise da série temporal dos pagamentos realizados em 2024, a partir dos dados abertos da Proae, evidencia um padrão de regularidade e de previsibilidade, com as variações explicáveis pela lógica administrativa do edital. O maior volume financeiro concentra-se no mês de março, em razão do pagamento retroativo das competências de janeiro e de fevereiro do corrente ano, considerando que a vigência do edital iniciou-se naquele mês. Igualmente, o mês de dezembro concentra duas competências, já que pagamento referente a este é realizado integralmente dentro do próprio exercício.

¹ Valor mensal de R\$ 250,00.

² Valor mensal de R\$ 250,00.



Do ponto de vista da avaliação de políticas públicas, essa regularidade constitui um indicador relevante de capacidade institucional e eficácia operacional. Conforme a abordagem de avaliação orientada a *outputs* (Vedung, 1997), a execução contínua e sem descontinuidades relevantes demonstra a capacidade da Proae em produzir e entregar os benefícios conforme o planejamento institucional. Em contexto de fragilidade socioeconômica do público atendido, a previsibilidade dos pagamentos contribui para a mitigação de riscos de evasão e reforça a função da Assistência Estudantil na qualidade de política de permanência universitária.

4.4 DISTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS POR MODALIDADE: CENTRALIDADE DA MANUTENÇÃO DA PERMANÊNCIA

Análise da execução financeira por modalidade evidencia estrutura interna da política de Assistência Estudantil da Univasf em 2024 e possibilita compreender quais dimensões da permanência acadêmica foram priorizadas na alocação dos recursos. Os dados, de forma mais concentrada, indicam a forte participação da Bolsa Permanência da Univasf no orçamento destinado as políticas assistenciais da universidade, que totalizou R\$ 1.830.161,28, seguida pelo Auxílio Permanência (R\$ 779.798,38). Em patamares inferiores, situam-se Auxílio Manutenção/Residência Estudantil (R\$ 188.904,68), seguido do Auxílio Creche (R\$ 94.993,55) e o Auxílio Alimentação (R\$ 74.250,00).

O padrão de distribuição revela, em primeiro lugar, centralidade da Bolsa Permanência enquanto principal instrumento do Programa de Assistência Estudantil na Univasf. O volume financeiro dessa modalidade, que corresponde a mais de 60% do total dos recursos analisados, aponta que esta política, em especial, concentra os seus esforços na garantia da subsistência material dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso se encontra alinhado às diretrizes do Pnaes, que reconhecem a renda como um indicador estruturante da permanência no ensino superior público (Ganan; Pinezi, 2021; Santos; Freire, 2022).

O auxílio permanência, nesse escopo, admite uma função estratégico nos *campi* que dispõem de Restaurante Universitário (RU) - Petrolina, Juazeiro e o Ciências Agrárias. Nesses contextos, o benefício opera como mecanismo indireto de inclusão alimentar, já que a refeição é oferecida ao estudante pelo valor de R\$ 1,50, sendo o restante subsidiado institucionalmente conforme os valores contratados em licitação. Dessa forma, o auxílio permanência contribui à equalização das condições de acesso à alimentação adequada, reforçando, pois, o seu caráter redistributivo.

As demais modalidades desempenham papel complementar, mas não menos relevante. O auxílio manutenção/residência estudantil garante um suporte financeiro aos estudantes residentes nas moradias estudantis, cumprindo papel equivalente ao auxílio moradia adotado em outras IFES. O auxílio-creche³ evidencia a atenção às especificidades de estudantes com filhos menores de 6 (seis) anos de idade, contribuindo para a redução de barreiras estruturais atreladas às vulnerabilidades de gênero.

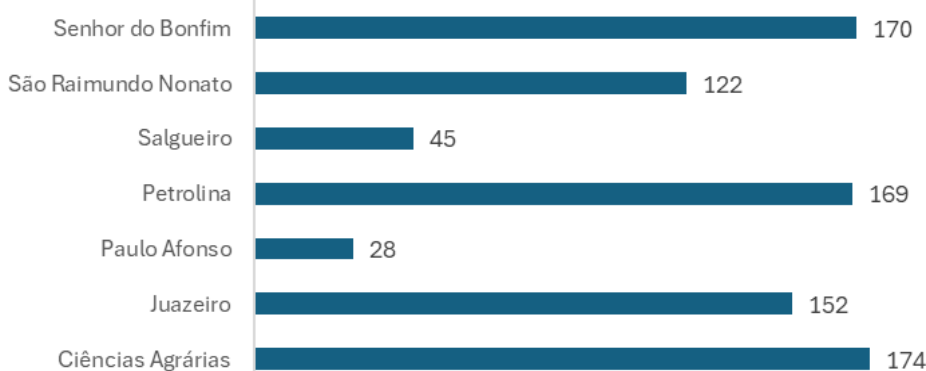
O auxílio alimentação atua de forma focal nos *campi* que não possuem Restaurante Universitário (RU), assegurando maior equidade territorial na oferta de condições mínimas de permanência. A concentração dos recursos nas modalidades vinculadas à subsistência básica demonstra que os resultados entregues pela Assistência Estudantil respondem diretamente às vulnerabilidades socioeconômicas mais prementes do público atendido.

Os dados apresentados a seguir indicam que os recursos estão alocados para satisfazer as necessidades essenciais, atingem o público-alvo estratégico da política e refletem coerência entre desenho institucional, o perfil da demanda e a distribuição efetiva dos benefícios. Dessa forma, a política reafirma seu caráter estruturante na promoção da permanência universitária, ao reduzir desigualdades associadas ao custo de vida e ampliar as condições objetivas para a continuidade dos estudos.

4.5 DISTRIBUIÇÃO POR *CAMPUS*: A TERRITORIALIDADE DA POLÍTICA E A SUA ADERÊNCIA À DEMANDA REAL

A Figura 1, a seguir, apresenta graficamente a quantidade de benefícios concedida por *campus* da instituição concedente, considerando os dados públicos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) de 2024.

Figura 1 – Quantidade de benefícios concedida por *campus* Univasf 2024



³ Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/proae/servicos-proae/auxilio-creche>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

O total financeiro por *campus* aponta um desenho territorial bastante claro, ilustrando a capilaridade territorial da política e, com isso, demonstrando que a Assistência Estudantil alcança todos os *campi* da Univasf indistintamente. Observa-se relativa homogeneidade entre Ciências Agrárias (174), Senhor do Bonfim (170), Petrolina (169) e Juazeiro (152), o que demonstra um equilíbrio na distribuição das vagas, respeitando os limites definidos em edital.

A seguir, a Figura 2, abaixo, apresenta o total (em reais – R\$) desembolsado pela Univasf para o pagamento de ações de assistência estudantil por *campus*.

Figura 2 – Total pago em assistência estudantil por *campus* Univasf 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

A Figura 2, acima, expressa o esforço financeiro efetivamente executado pela política de Assistência Estudantil em 2024 na referida instituição de análise. Os *campi* de Senhor do Bonfim (R\$ 962.298,38) e de São Raimundo Nonato (R\$ 679.095,48) concentram os maiores volumes de recursos, em função do número de beneficiários, das modalidades ofertadas e da duração dos vínculos ao longo do ano.

Ademais, a distribuição territorial dos recursos revela, pois, padrões diferenciados de execução entre os *campi*. Senhor do Bonfim (BA) apresenta um maior volume financeiro, seguido por São Raimundo Nonato (PI), o que se reflete numa elevada participação da bolsa permanência como um mecanismo de permanência estudantil e a forte presença de cursos que demandam maior dedicação acadêmica, ampliando a dependência dos estudantes em relação ao apoio financeiro continuado da instituição.

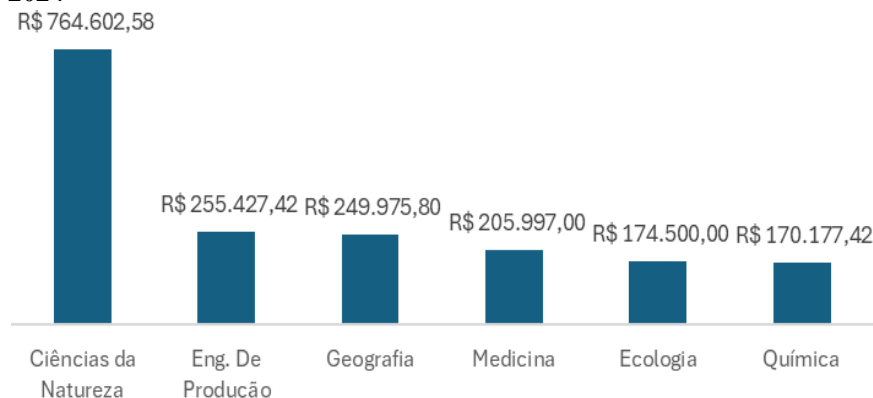
Diante desse cenário, em suma, a alocação dos recursos mostra-se coerente com fatores estruturais, como perfil dos cursos, densidade de matrículas e condições socioeconômicas dos

territórios, demonstrando uma maior eficiência na execução financeira e maior alinhamento aos princípios de equidade e *accountability* da política pública praticados pela instituição de ensino superior e de acordo com os rigores formais da Administração Pública.

4.6 DISTRIBUIÇÃO POR CURSO: APORTE MAIOR EM ÁREA DE ALTA DEDICAÇÃO ACADÊMICA

Para detalhar esse contexto, a Figura 3, abaixo, apresenta os 6 (seis) principais cursos oferecidos pela Univasf com os maiores valores pagos, no ano de 2024, em relação a benefícios de assistência estudantil.

Figura 3 – Cursos com maiores valores pagos em relação à Assistência Estudantil na Univasf, em 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

A Figura 3 evidencia cursos que concentraram maiores valores pagos em assistência estudantil na Univasf em 2024, permitindo uma análise mais articulada e clara entre o perfil acadêmico, organização curricular e a real demanda por políticas de permanência.

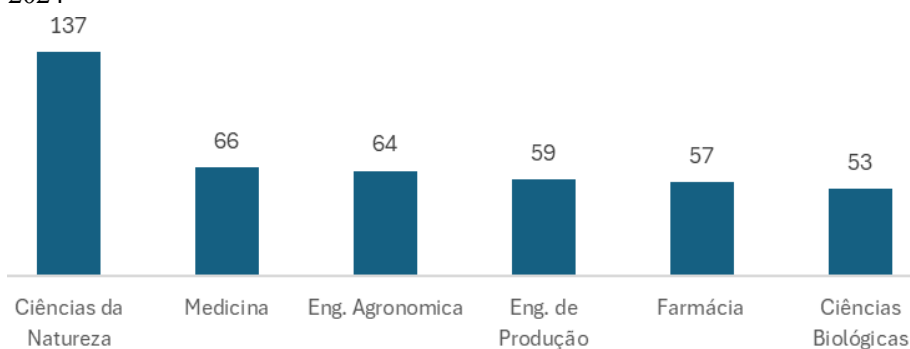
Observa-se que Ciências da Natureza concentra, destacadamente, o maior montante de recursos, totalizando R\$ 764.602,58, valor substancialmente superior aos demais cursos, o que indica uma elevada demanda por auxílios de permanência entre seus discentes.

Dentre os cursos que apresentaram os maiores montantes de recursos pagos, observa-se que 4 (quatro) exigem dedicação integral dos discentes, em função de uma elevada carga horária, com atividades concentradas de forma predominante em turnos matutino e vespertino. Apenas os cursos de Geografia, no *campus* de Senhor do Bonfim (BA), e Química, no *campus* de São Raimundo Nonato (PI), são noturnos, ampliando parcialmente as possibilidades de conciliação entre o estudo acadêmico e a ocupação laboral dos estudantes.

A exigência de presença diurna nos cursos integrais restringe de forma expressiva a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho formal de suas comunidades locais, reduzindo a capacidade de geração de renda própria. Dessa maneira, essa condição torna os auxílios de assistência estudantil ofertados vetores centrais à permanência na universidade.

No tocante ao quantitativo de alunos beneficiados por curso na Univasf, conforme apresentado na Figura 4, constata-se que os 6 (seis) cursos com maior número de discentes atendidos compartilham características semelhantes: carga horária extensa, oferta em turnos diurnos e elevada exigência de dedicação acadêmica. Isso reforça, pois, a relação direta entre a organização curricular e a dependência dos benefícios assistenciais, indicando que, nesses cursos especificamente, a permanência acadêmica está condicionada ao acesso às políticas de assistência oferecidas pela instituição de ensino.

Figura 4 – Cursos com quantidade de beneficiários de ações de Assistência Estudantil na Univasf, em 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

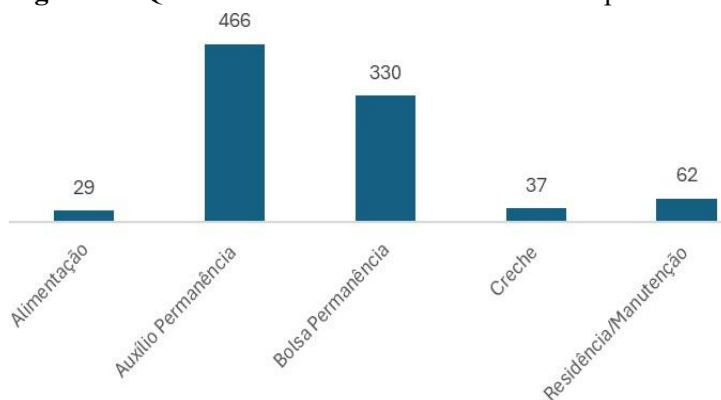
Os dados analisados, a partir do exposto nas Figuras 3 e 4, corroboram a compreensão de que a assistência estudantil, na Univasf, desempenha papel estratégico no enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas e regionais, contribuindo, dessa maneira, para redução da evasão e à democratização do acesso e da permanência no ensino superior nesses cenários, ainda mais em cursos que, por sua própria natureza acadêmica, restringem as possibilidades de conciliação entre estudo e trabalho remunerado.

4.7 PERFIL DOS ESTUDANTES ATENDIDOS POR MODALIDADE E INTENSIDADE DO APOIO FINANCEIRO

A Figura 5, a seguir, apresenta quantidade de estudantes beneficiados por modalidade de assistência estudantil na Univasf no ano de 2024, permitindo visualizar a distribuição dos atendimentos conforme os diferentes tipos de auxílios ofertados pela instituição.

A análise dos dados, evidentemente, possibilita compreender quais as modalidades de assistência estudantil concentram maior número de alunos beneficiários e quais demandas se mostram mais persistentes no contexto das políticas institucionais de assistência estudantil.

Figura 5 – Quantidade de estudantes beneficiados por modalidade na Univasf, em 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

A distribuição dos estudantes beneficiados por modalidade evidencia a estrutura de focalização da política de Assistência Estudantil da Univasf em 2024. O Auxílio Permanência concentra o maior número de beneficiários (466 estudantes), seguido pela Bolsa Permanência da Univasf (330), enquanto a Residência Estudantil/Manutenção (62), o auxílio-creche (37) e a Alimentação (29) atendem públicos mais específicos.

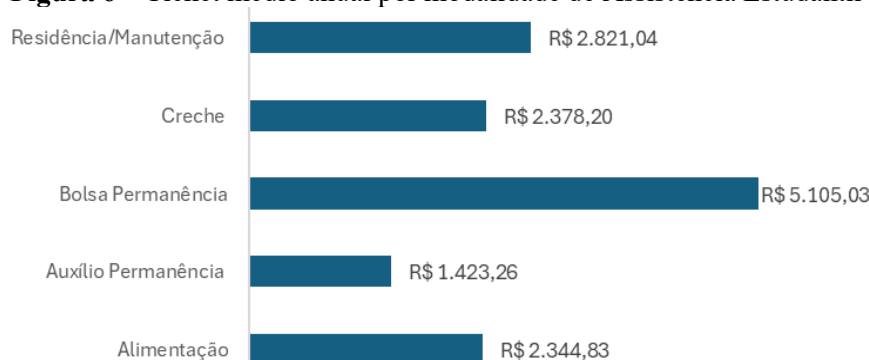
Esse padrão, dentre outros aspectos, evidencia que a política prioriza instrumentos de alcance amplo, capazes de atender um contingente expressivo de estudantes em situação de desigualdade socioeconômica, sem deixar, por sua vez, de contemplar demandas focalizadas e situacionais vinculadas a condições particulares de permanência estudantil na universidade.

4.8 TICKET MÉDIO ANUAL POR ESTUDANTE

A Figura 6 apresenta o *ticket* médio anual por modalidade da assistência estudantil na Univasf em 2024, permitindo analisar o valor médio destinado a cada beneficiário, mediante o tipo assistencial recebido. O indicador, em conjunto com os demais parâmetros supracitados, complementa a análise quantitativa do número de estudantes beneficiados na instituição em voga, ao evidenciar principais distinções no nível de investimento por modalidade, atreladas às particularidades de cada caso e aos objetivos de cada política de apoio assistencial.

A visualização dos dados permite a compreensão sobre como recursos da assistência estudantil são alocados em termos de abrangência e de intensidade do apoio financeiro, refletindo as diferentes necessidades atendidas, como a permanência acadêmica, alimentação, etc. Logo, a figura contribui à análise mais aprofundada da efetividade e do direcionamento dos recursos, subsidiando a compreensão do papel estratégico de cada modalidade na garantia da permanência estudantil na Univasf.

Figura 6 – Ticket médio anual por modalidade de Assistência Estudantil na Univasf, em 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

A análise do *ticket* médio anual por estudante revela um padrão complementar à distribuição quantitativa dos benefícios. A Bolsa Permanência da Univasf apresenta o maior valor médio anual (R\$ 5.105,03), sendo o principal mecanismo de sustentação financeira direta aos estudantes. Em seguida, destacam-se a Residência Estudantil/Manutenção (R\$ 2.821,04) e o Auxílio-Creche (R\$ 2.378,20), modalidades direcionadas a públicos específicos e associadas a custos estruturais adicionais.

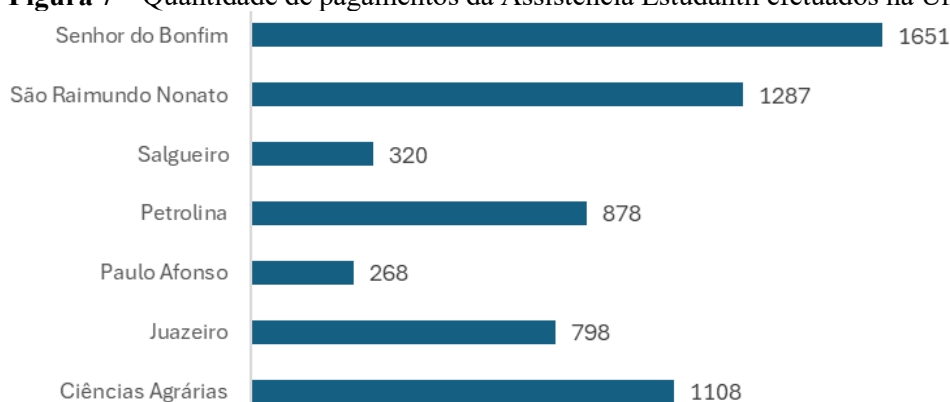
O Auxílio Alimentação apresenta, pois, valor intermediário (R\$ 2.344,83), enquanto o Auxílio Permanência, embora atenda o maior contingente de estudantes, registra o menor *ticket* médio anual (R\$ 1.436,26). O padrão evidencia sua função predominante distributiva, voltada à ampliação do alcance da política e à cobertura das demandas básicas de permanência na universidade.

Sob a perspectiva focal da avaliação dos *outputs*, esses dados revelam um equilíbrio entre a cobertura e intensidade do benefício concedido aos estudantes. A política combina, assim, as modalidades de amplo alcance, com valores unitários mais baixos, e modalidades focalizadas, com maior investimento médio por beneficiário, demonstrando coerência e consistência entre o desenho institucional, o perfil do aluno atendido e a entrega efetiva dos auxílios.

4.9 REGISTROS DE PAGAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL POR *CAMPUS*

Figura 7, a seguir, evidencia a quantidade de pagamentos da assistência estudantil efetivados por *campus* da instituição no ano de 2024, permitindo identificar a distribuição territorial dos repasses realizados no contexto das políticas de permanência estudantil. Isso possibilita compreender como os auxílios foram operacionalizados nos diferentes *campi* da Univasf, considerando as suas particularidades acadêmicas e também o volume de estudantes beneficiados com as ações e programas assistenciais.

Figura 7 – Quantidade de pagamentos da Assistência Estudantil efetuados na Univasf, em 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

A distribuição dos registros de pagamento por *campus* revela forte concentração da execução financeira nos *campi* Senhor do Bonfim (1.651 registros) e São Raimundo Nonato (1.287), seguidos pelo *campus* de Ciências Agrárias (1.108). Os dados, em si, indicam maior intensidade operacional da política nos *campi* mais interiorizados, ainda mais aqueles com oferta dos cursos de maior carga horária e de dedicação acadêmica integral. *Campi* urbanos consolidados, a exemplo de Petrolina (878) e Juazeiro (798), apresentam menor número de registros, não obstante mantenham volumes relevantes de atendimento.

4.10 INDICADORES GERAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (2024)

A Tabela 1, destacada abaixo, sintetiza os principais indicadores de execução da Assistência Estudantil da Univasf no exercício de 2024.

**Tabela 1 – Indicadores gerais de assistência estudantil na Univasf (2024)**

Indicador	Valor
Estudantes beneficiados	859
Total de pagamentos realizados	7.310
Valor total investido	R\$ 2.968.107,89
Média anual paga por estudante	R\$ 3.455,31
Média de pagamentos por estudante	8,5

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Proae (2024).

Nota-se que a política alcançou 859 estudantes, com a realização de 7.310 pagamentos ao longo do ano, totalizando um investimento de R\$ 2.968.107,89. Esses valores resultam em média anual de aproximadamente R\$ 3.500,00 por aluno beneficiado, refletindo a dinâmica de recomposição de vagas decorrente de desligamentos e conclusões de curso, sem ampliação do quantitativo previsto em edital. Os dados evidenciam, nesse sentido, capacidade institucional de transformar recursos orçamentários em entregas efetivas, regulares e mensuráveis.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo analisou a execução da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) em 2024, a partir de uma abordagem de avaliação de políticas públicas orientada a *outputs*, com base nos dados abertos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae). Ao privilegiar produtos imediatos da política de bolsas, auxílios e serviços efetivamente concedidos, foi possível construir uma leitura mais sistemática, transparente e clara da capacidade institucional de entrega e da coerência interna da execução.

Os resultados evidenciam que as ações assistenciais na instituição apresentaram um desempenho operacional consistente, com regularidade nos pagamentos, além de uma ampla cobertura territorial e adaptação das modalidades às condições estruturais dos *campi*. A dinâmica de recomposição das vagas ao longo do exercício, sem ampliação do quantitativo autorizado em edital, indica eficiência administrativa e uso pleno dos recursos disponíveis. A concentração dos investimentos em modalidades orientados à subsistência básica, a exemplo do Bolsa Permanência e do Auxílio Permanência, demonstra um alinhamento mais sólido da política às desigualdades socioeconômicas e regionais mais críticas dos beneficiários.

A análise do ticket médio anual por estudante revelou um equilíbrio entre modalidades de amplo alcance e modalidades focalizadas, indicando uma estratégia que combina cobertura e intensidade do apoio financeiro. Logo, a distribuição territorial e por curso mostrou-se

coerente com fatores estruturais, como carga horária acadêmica, regime de dedicação e perfil socioeconômico discente, reforçando, pois, o caráter equitativo da política no viés multicampi da Univasf.

Sob o prisma da avaliação orientada a *outputs*, os achados encontrados e discutidos nas seções anteriores indicam que a Proae foi capaz de transformar recursos orçamentários em entregas mensuráveis, regulares e alinhadas ao desenho institucional da política assistencial. A disponibilização de dados abertos, de caráter público, mostrou-se elemento central para o fortalecimento da transparência, aprimoramento do accountability e monitoramento contínuo da Assistência Estudantil, em conformidade com exigências formais e legais vigentes no país e orientado para as IFES.

Como limitação, destaca-se que o estudo não avaliou os efeitos acadêmicos de médio e longo prazo da política, como desempenho, progressão ou evasão, dimensões que pertencem à esfera dos *outcomes* e demandam metodologias e bases de dados complementares. Dessa maneira, pesquisas futuras, dentre outros aspectos, podem avançar na integração entre dados administrativos, acadêmicos e socioeconômicos, ampliando, assim, a capacidade avaliativa da política e contribuindo para seu aperfeiçoamento contínuo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969–992, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>. Acesso em: 24 mar. 2026.

FONAPRACE.V Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES. Brasília: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

GANAM, Eliana; PINEZI, Ana. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, p. e228757, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?format=pdf&lang=pt>.

IMPERATORI, Thaís. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2018

KOWALSKI, Aline Viero. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. A universidade no horizonte de estudantes oriundos de escola pública: um estudo qualitativo sobre a permanência. **Horizontes**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022010, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.1309. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1309>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MENDA, Cynthia Castiel; CALAGE MELO, Jade; SEIBT, Larissa Taís; HAAG KRISTENSEN, Christian. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES EM FOCO. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e45693, 2024. DOI: 10.15448/2179-8435.2024.1.45693. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/45693>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MENDES ROCHA, L.; HERMÓGENES MOURA DA COSTA, J. Os “fios” que tecem o Programa de Assistência Estudantil na Univasf: contextualizando a permanência em tempos de regressão de direitos. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7467>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SANTOS, Silvano; FREIRE, Rebeca. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 2, p. 260–280, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/5089>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Campinas: Unicamp – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas – NEPP, 2000. (Caderno nº 48). Disponível em: https://www.nepp.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/57/2024/10/CadPesq_48.pdf.

VASCONCELOS, Natália. Assistência estudantil: política de permanência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 102, p. 599–616, 2010.

VEDUNG, Evert; PEDONE, Luiz. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: fundamentos e modelos**. Rio de Janeiro: Luzes - Comunicação, Arte & Cultura, 2021.